

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

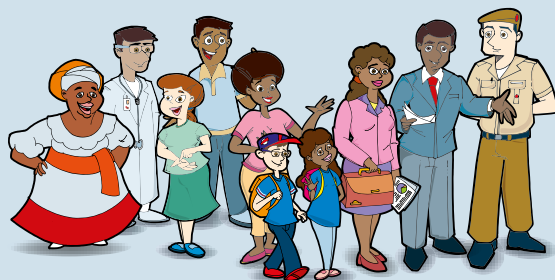
Prestação de Contas Anual Simplificada 2017



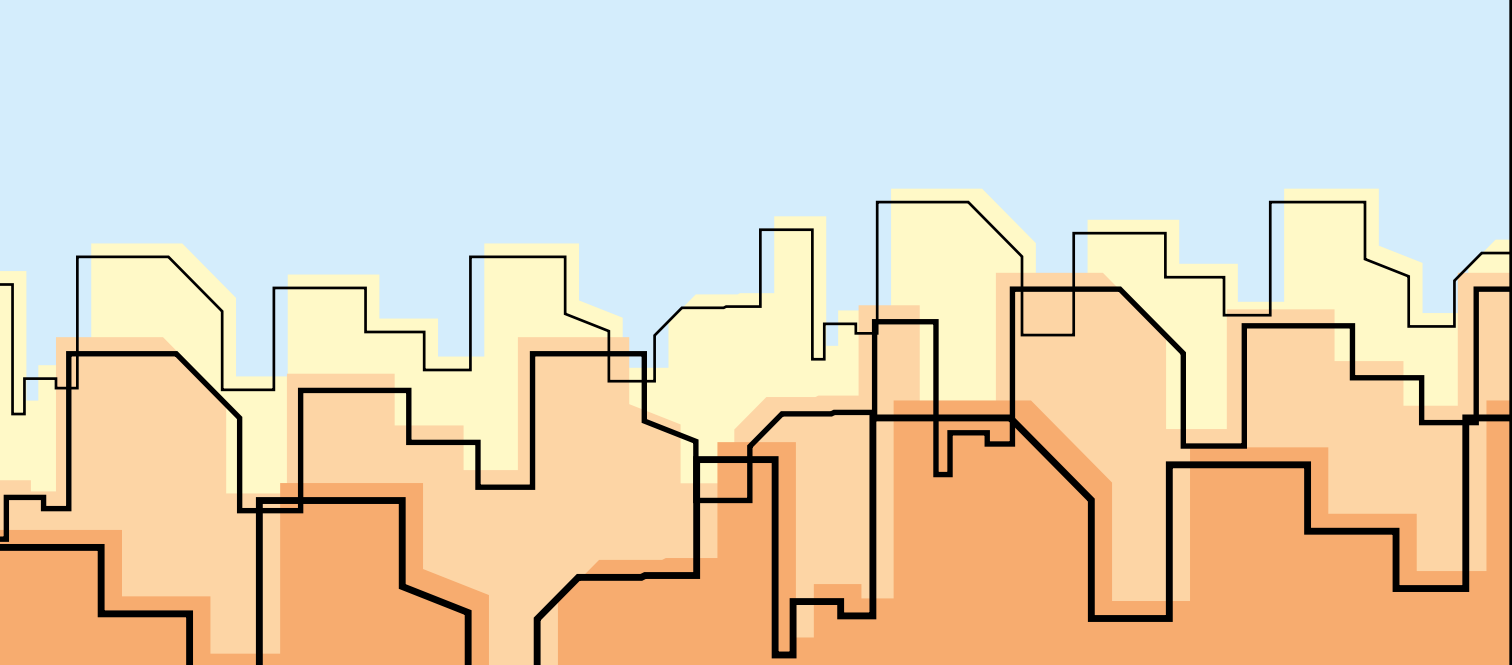


Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

Prestação de Contas Anual Simplificada 2017



Salvador, Bahia
2018



Bahia. Governo do Estado.
B115p Prestação de Contas Anual Simplificada 2017 / Organizador, Itamar
Araújo Gomes Jr.; equipe técnica, Carina Ramos Santos... [et al.].
Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2018.
76p. : il. Color.

Título anterior: Prestação de Contas Anual Simplificada 2016.

1. Administração pública – Prestação de contas – Bahia.
I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título

CDD 351
CDU 35

Elaboração da Ficha Catalográfica:
Coordenador da Biblioteca UCS/SEFAZ- Jean Bezerra.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador
RUI COSTA

Secretário da Fazenda
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Subsecretário da Fazenda
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

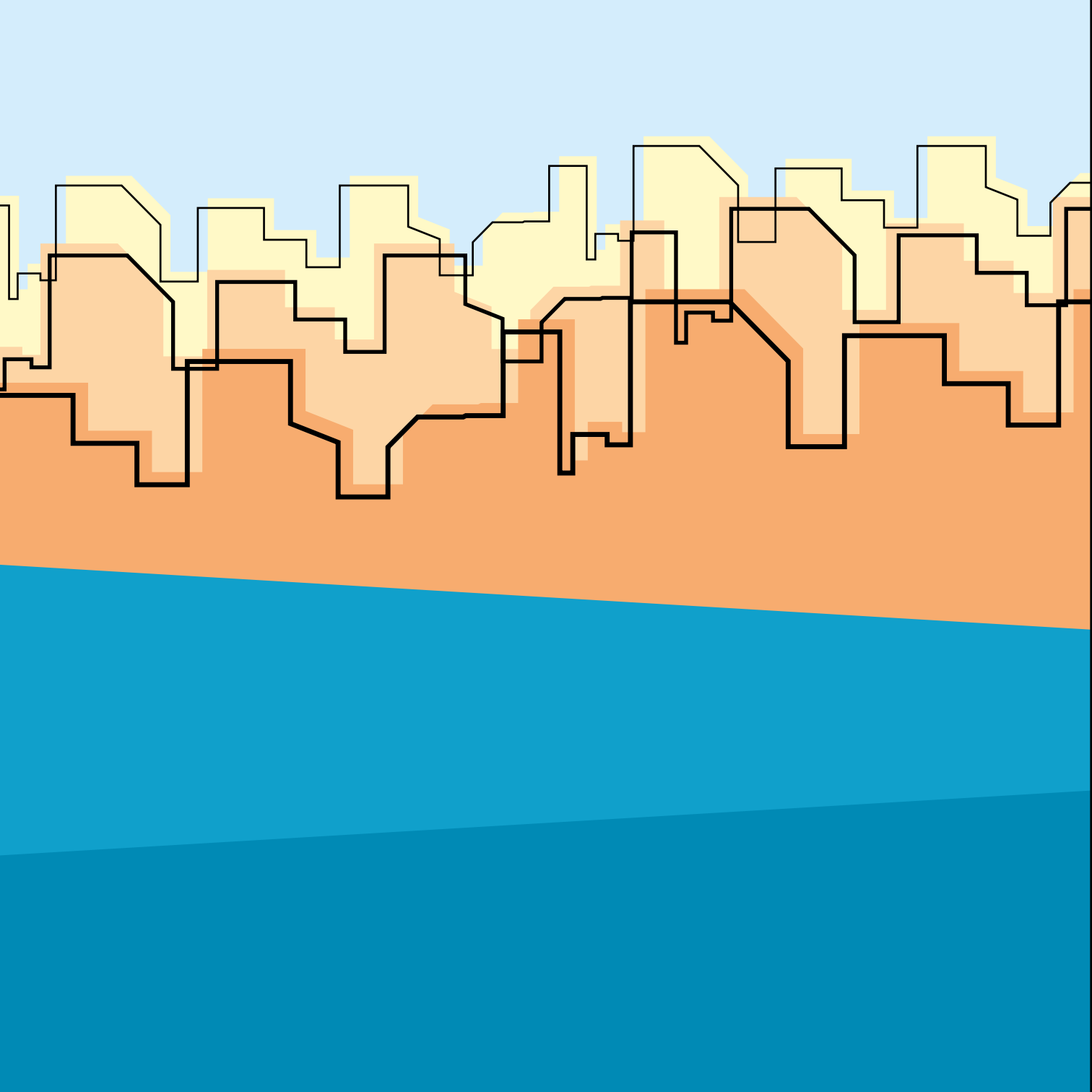
Chefe de Gabinete
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

Superintendente de Administração Financeira
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

Coordenador Geral de Planejamento,
Acompanhamento e Controle Financeiro
ROBERVAL LOPES LIMA

Diretor da Contabilidade Pública
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO
CRC-BA 18.358/O-5

Diretor do Tesouro
ARLINDO LUIZ DE SANTANA JÚNIOR





Sumário



Capítulo 1	O que é a Prestação de Contas Anual?	6
Capítulo 2	Os Tributos e o Gasto Público	8
Capítulo 3	Como é dividido o Relatório da Prestação de Contas?	14
Capítulo 4	O que é o Orçamento Público?	16
Capítulo 5	O que são Receitas Orçamentárias?.....	18
Capítulo 6	O que são Despesas Orçamentárias?.....	22
Capítulo 7	Como se dá a classificação funcional da Despesa Orçamentária?.....	28
Capítulo 8	O que é o Balanço Orçamentário?.....	30
Capítulo 9	Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?	32
Capítulo 10	O que é o Balanço Financeiro?.....	36
Capítulo 11	O que é Demonstração dos Fluxos de Caixa?	40
Capítulo 12	O que é o Balanço Patrimonial?	44
Capítulo 13	Como é dividido o Balanço Patrimonial?.....	46
Capítulo 14	O que são Variações Patrimoniais?.....	58
Capítulo 15	Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais?	60
Capítulo 16	De que forma o resultado das Variações Patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial?.....	64
Capítulo 17	O que é a Provisão Matemática Previdenciária?	66
Capítulo 18	Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF	68
Capítulo 19	O que é a Dívida Pública?.....	70
Capítulo 20	O que é Balanço Econômico?	72
	Equipe Técnica.....	77

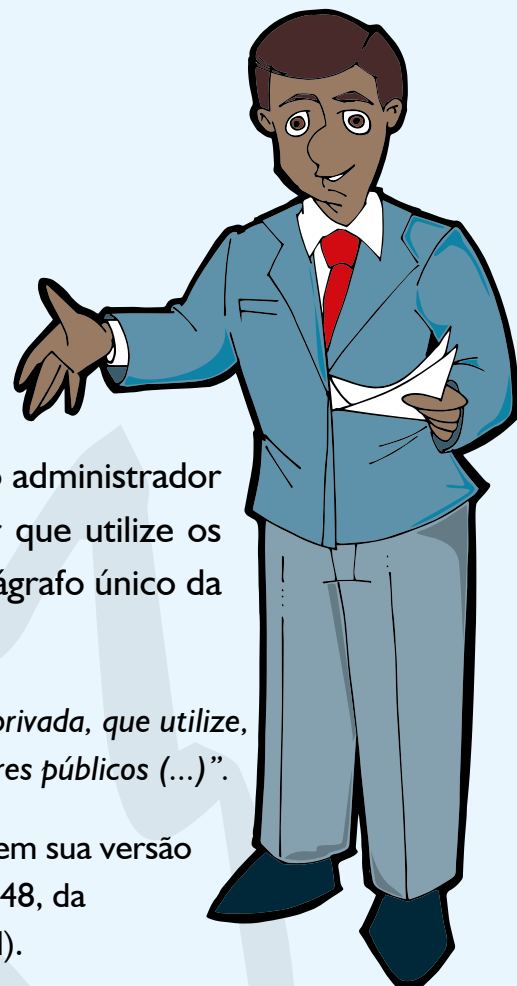
O que é a prestação de Contas Anual?

Fazer a Prestação de Contas Anual é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no Artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal:

“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...)”.

A edição e publicação do Relatório da Prestação de Contas em sua versão simplificada tem o objetivo de atender ao que dispõe o Art. 48, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”



Capítulo 2

Os Tributos e os Gastos Públicos

Para melhor entendimento da Prestação de Contas do Estado, é importante saber um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.



O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções.

É o pagamento de tributos que viabiliza todos os bens e serviços prestados pelo setor público à sociedade.

Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes. De unidades

de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.

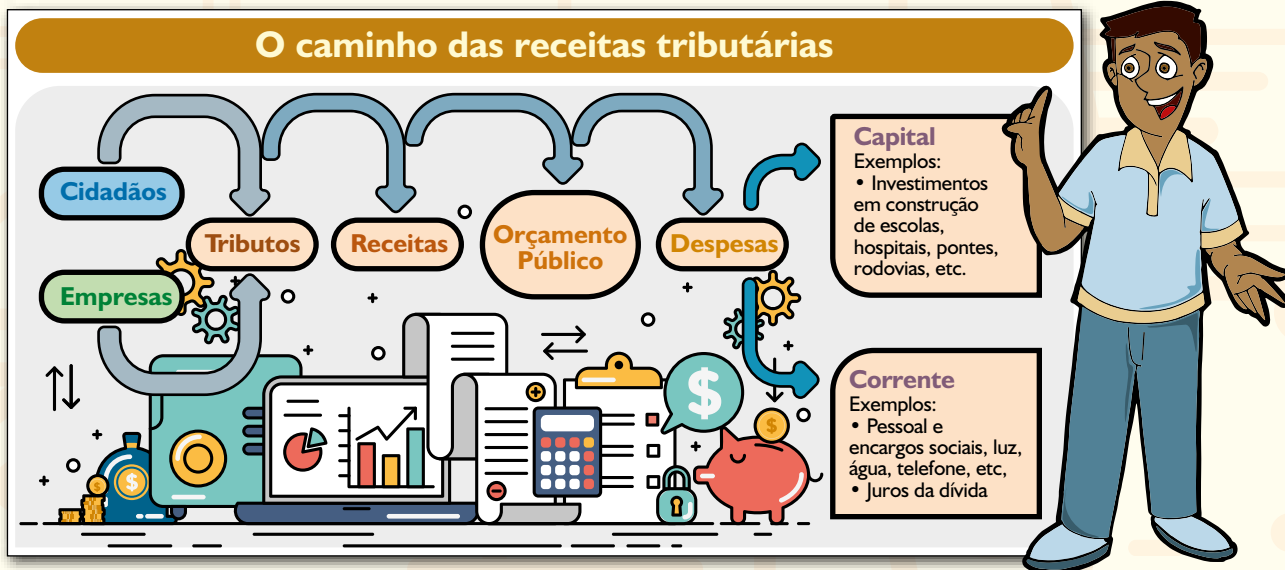


SAÚDE

EDUCAÇÃO

TRANSPORTE

SEGURANÇA



Impostos, taxas e contribuições: qual a diferença?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual a diferença entre impostos, taxas e contribuições, os principais tipos de tributos. Confira, no glossário abaixo, a definição para cada categoria.

Imposto – É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qualquer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado em

razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

Taxa – o pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro estão aquelas que são relacionadas com o exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária, e no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos, como a carteira de motorista; ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.

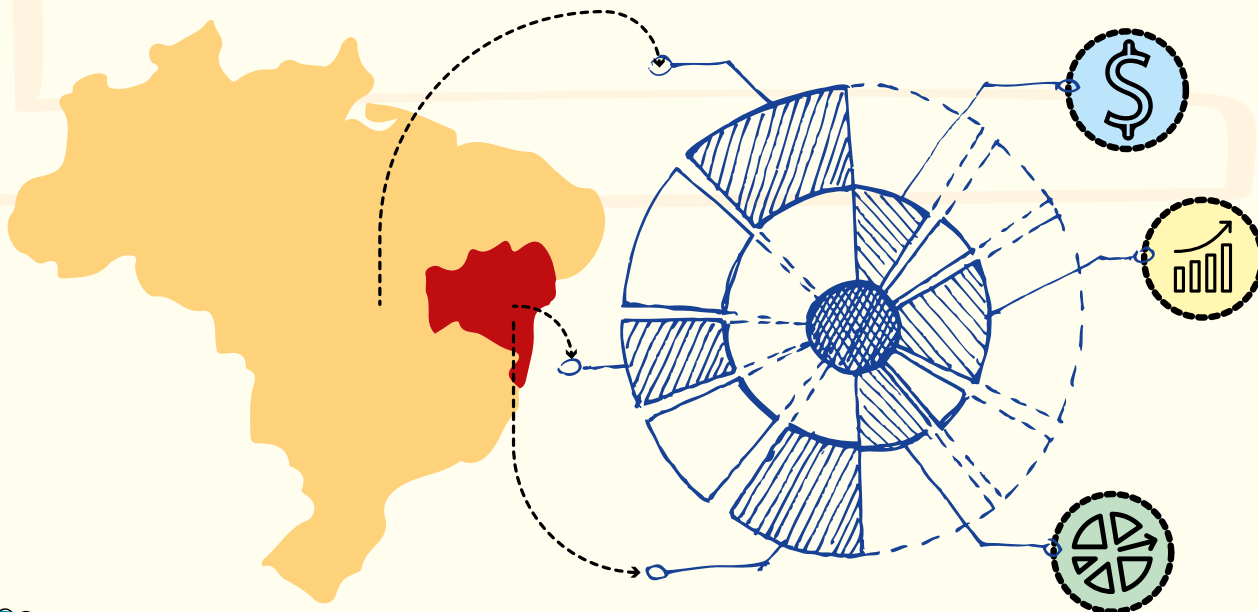
Contribuição de Melhoria – é cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefícios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.

Empréstimo Compulsório – apenas a União pode instituir empréstimos compulsórios em situações como atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

Contribuições Sociais – podem ser instituídas pela União, pelos Estados e Distrito Federal e pelos Municípios para custeio de sistemas de previdência e seguridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e à assistência social. São exemplos: PIS/Pasep, Cofins e INSS.

Você sabia que existem tributos que são específicos dos estados e do Distrito Federal? Conheça alguns deles:

ICMS – Imposto sobre operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte



Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

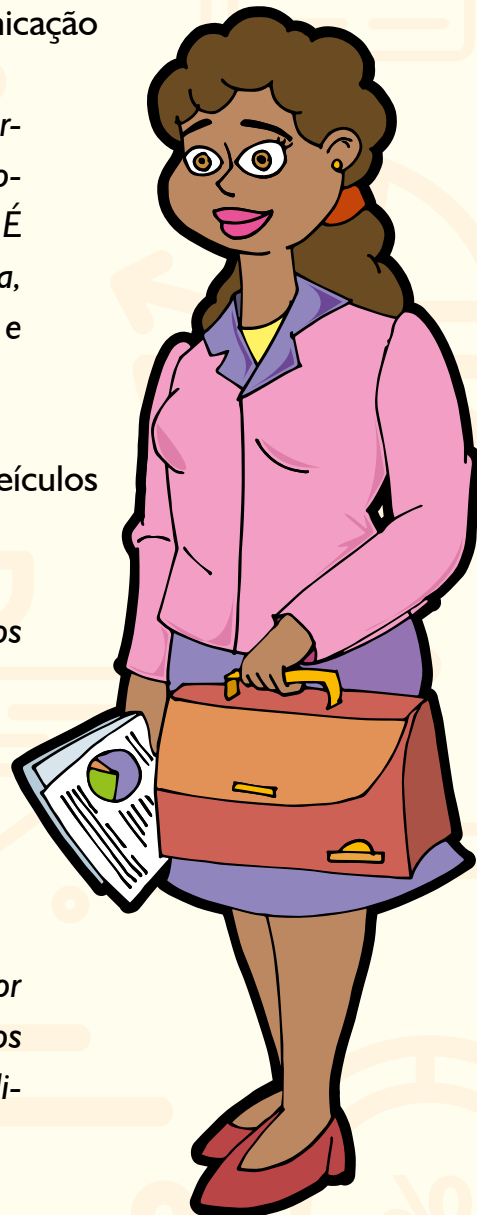
Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados, etc.

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

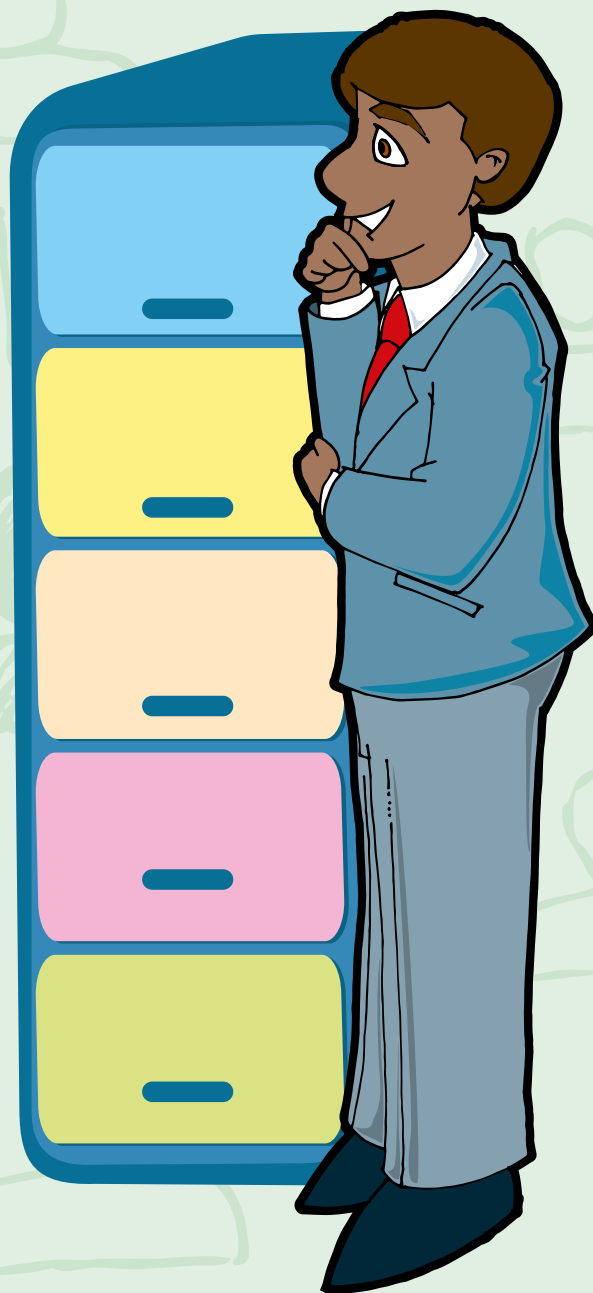
ITD – Imposto sobre a Transmissão de “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.

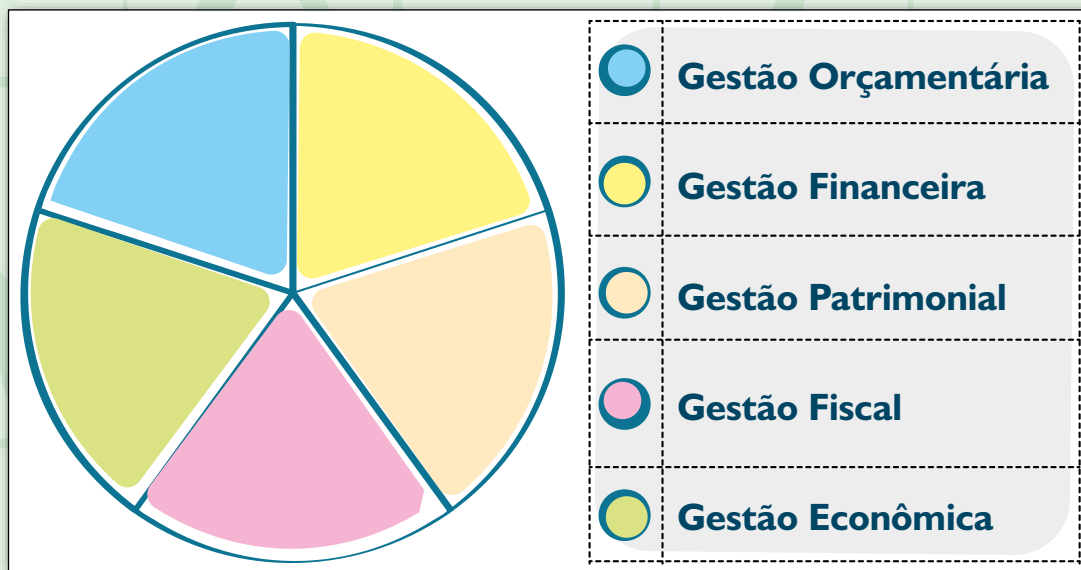


Capítulo 3

Como é
dividido o
Relatório da
Prestação
de Contas?



O Relatório de Prestação de Contas elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:



O que é o Orçamento Público?

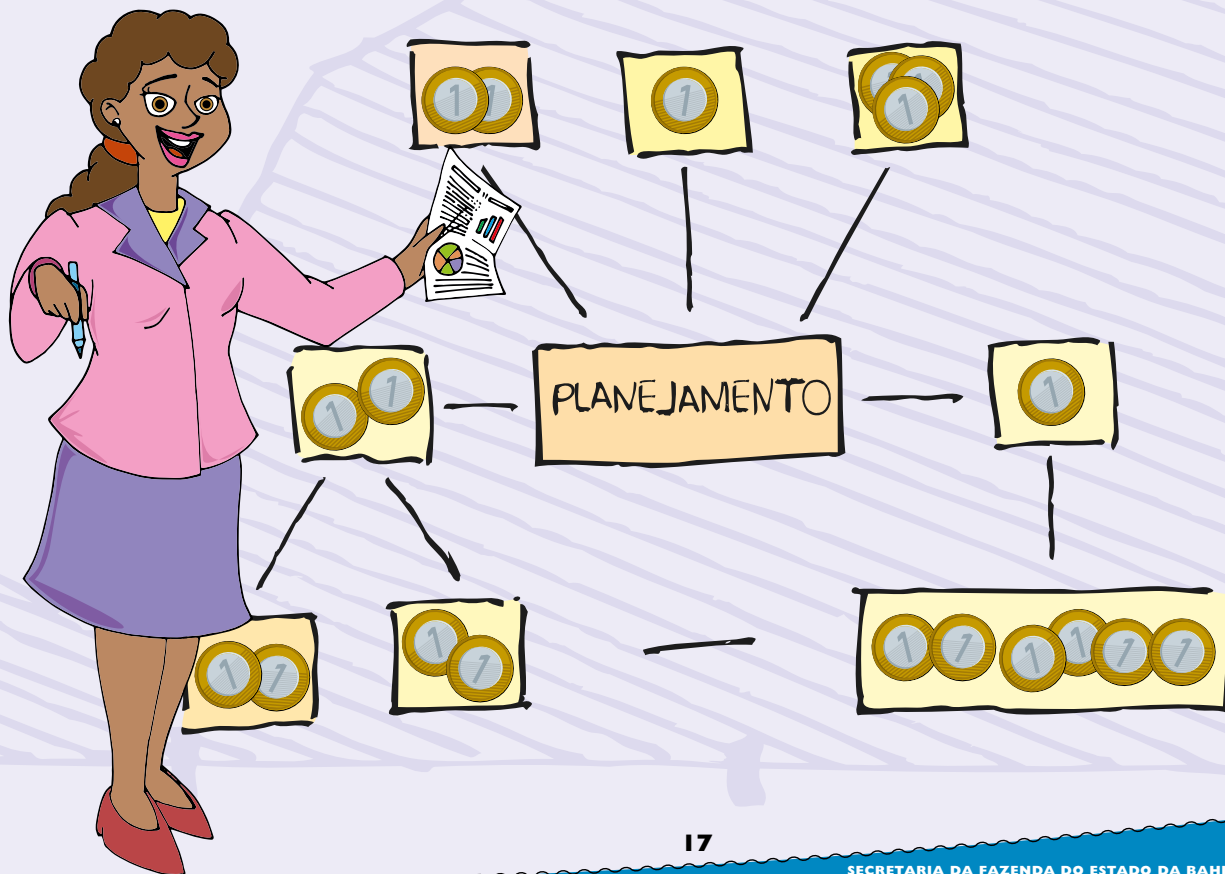
O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O Orçamento Público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2017 foi aprovado pela Lei nº 13.602, de 29 de dezembro de 2016.



A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos órgãos, entidades e fundos públicos é que pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento o Estado não pode gastar mais do que arrecada.



O que são Receitas Orçamentárias?

Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

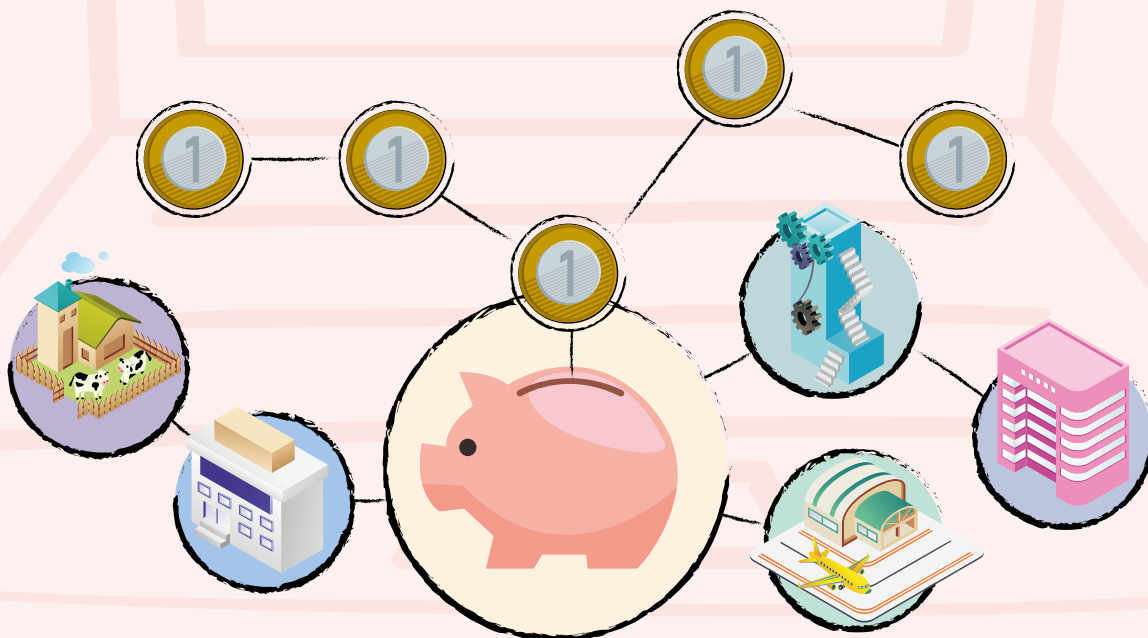
As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à sua natureza como receitas correntes ou receitas de capital.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos os ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

RECEITAS CORRENTES

São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo Poder Público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito onde o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.



RECEITAS DE CAPITAL

São aquelas provenientes da conversão em espécie, de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, a e decorrente de recebimento de amortização de operação de crédito onde o Estado figura como credor, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos. As transferências de outros entes governamentais, constitucionais ou voluntárias, para investimentos, também são classificadas nesse grupo.

Em 2017, as receitas correntes representaram 95,4% da receita orçamentária realizada pelo Estado.

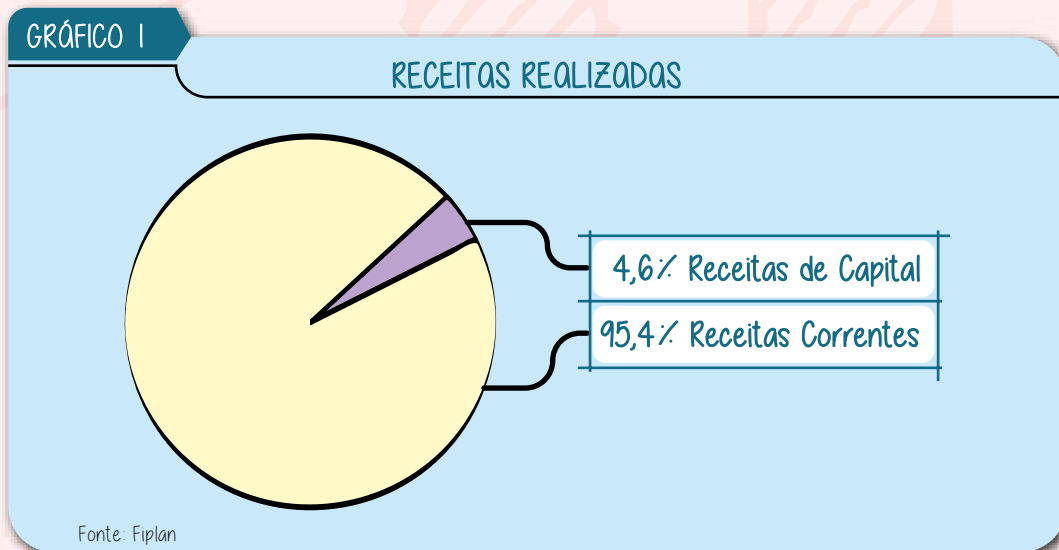


GRÁFICO 2

RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

R\$

Receitas Correntes	
Previsão Atualizada	R\$ 43.282.226.433
Realização	R\$ 43.138.684.981
Receitas de Capital	
Previsão Atualizada	R\$ 4.141.770.992
Realização	R\$ 2.086.925.988

Fonte: Fiplan

O total de receitas correntes chegou a 99,67% do previsto, alcançando o montante de R\$ 43.138.685 mil. As receitas de capital totalizaram 50,39% do previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), em função da frustração na execução das operações de crédito.



O que são Despesas Orçamentárias?



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesas orçamentárias são aquelas cuja realização depende de autorização legislativa, e não podem ser realizadas sem previsão na lei orçamentária ou em lei especial.

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa.

CATEGORIA ECONÔMICA

DESPESAS CORRENTES

São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum; e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

DESPESAS DE CAPITAL

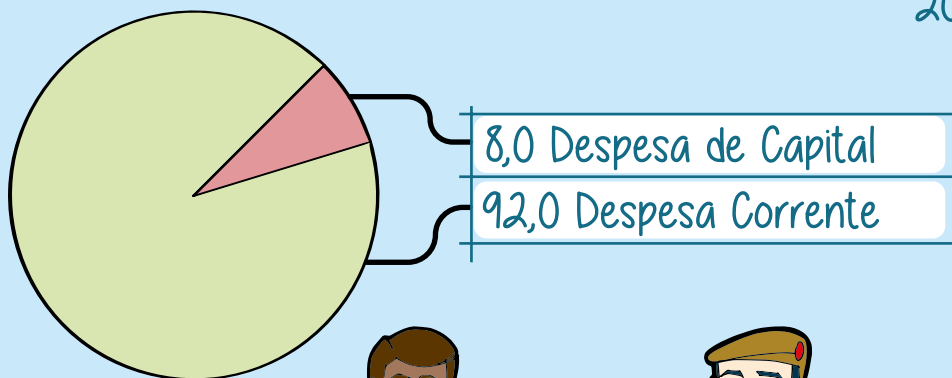
São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital, e são destinadas à execução de obras, à integração de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.

O Gráfico 3 demonstra a participação das despesas correntes e de capital no total da despesa empenhada no exercício de 2017, que foi no valor de R\$ 45.570.160 mil.

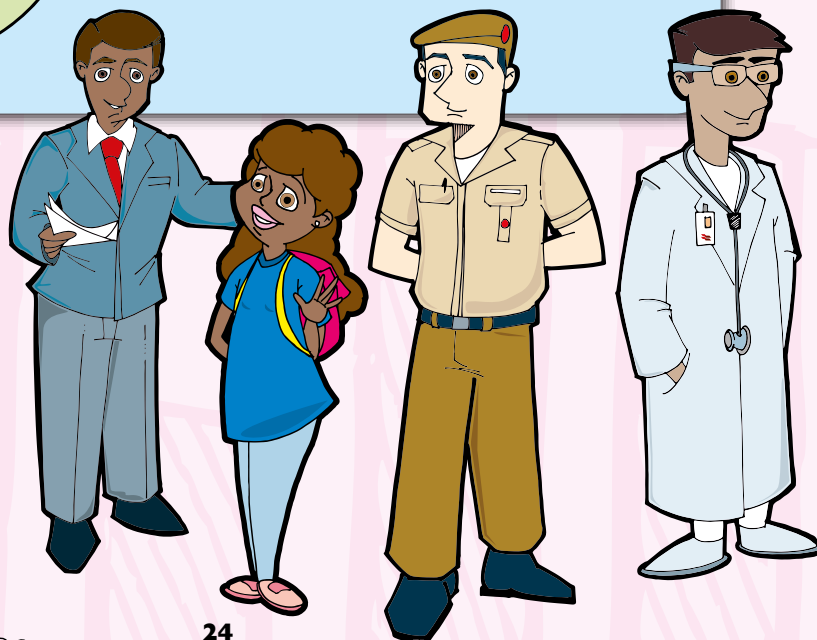
GRÁFICO 3

COMPOSIÇÃO DA RECEITA POR CATEGORIA ECONÔMICA

2017



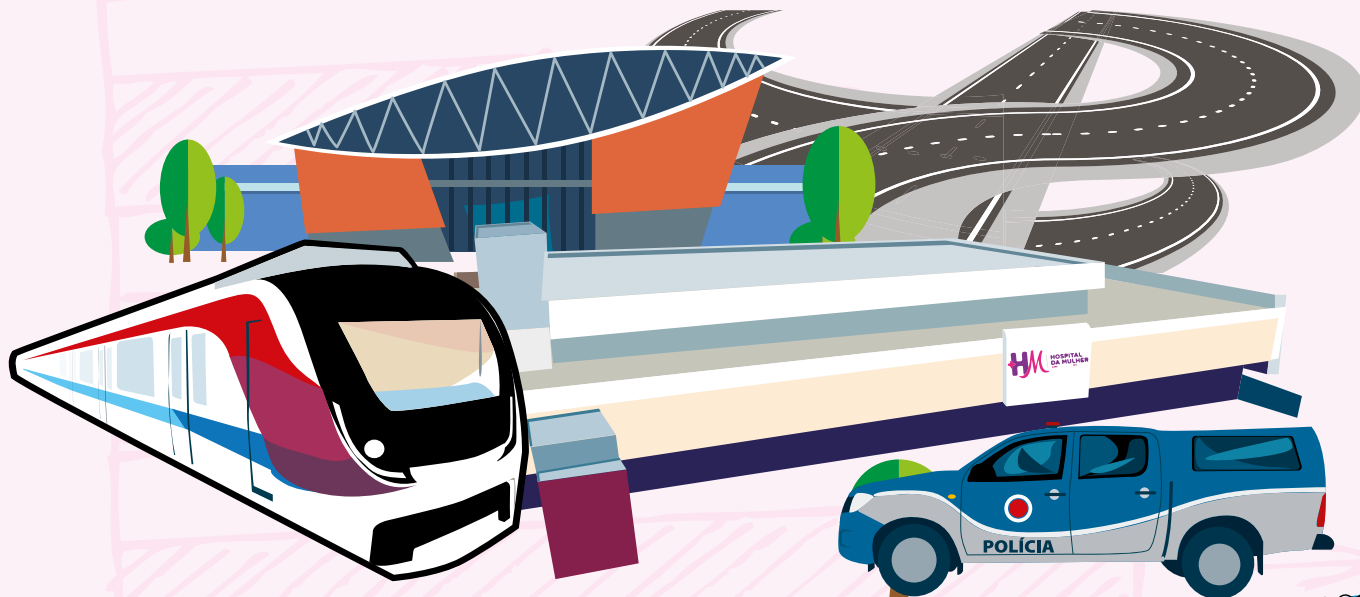
Fonte: Fiplan



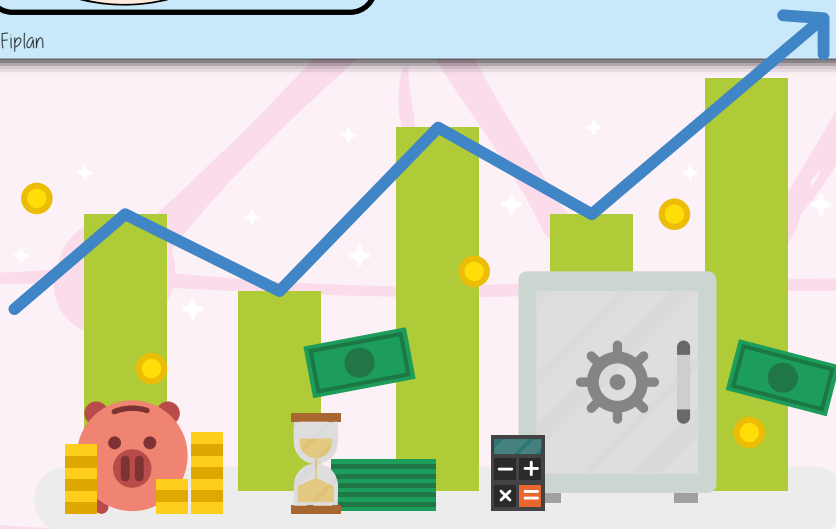
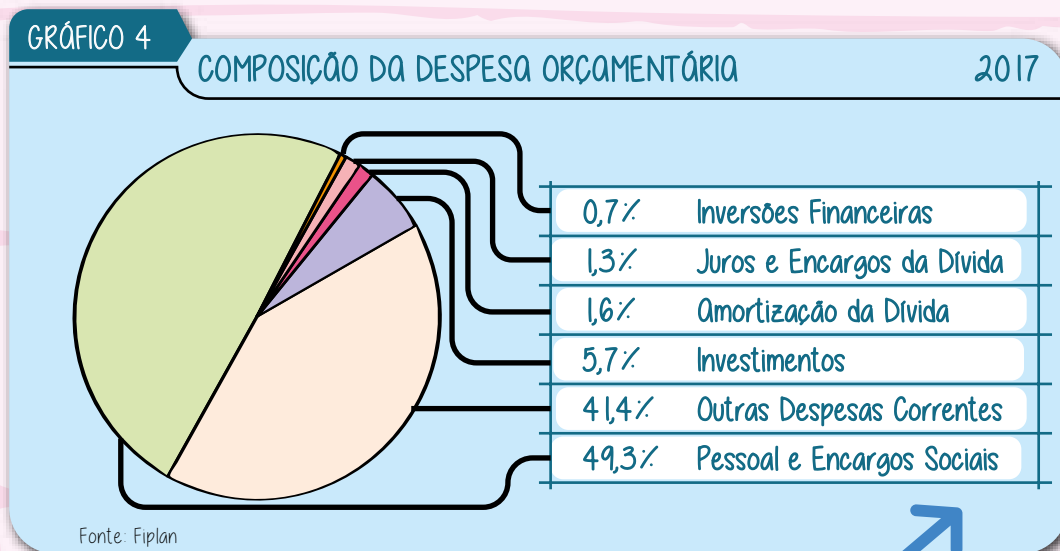
GRUPOS DE DESPESAS

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- Despesas com pessoal e encargos sociais;
- Despesas com juros de dívidas;
- Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos Órgãos e Entidades);
- Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc...);
- Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso);
- Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).



O Gráfico 4 apresenta a participação desses grupos no total da despesa empenhada no exercício de 2017, que foi no valor de R\$ 45.570.160 mil.





Como se dá a classificação funcional da Despesa Orçamentária?

A classificação funcional da despesa é a estrutura de funções, que indicam as áreas de atuação do governo, como saúde, educação, segurança pública, entre outras.

O Gráfico 5 apresenta as despesas orçadas e realizadas, considerando as principais áreas de atuação do Governo do Estado da Bahia no exercício de 2017.

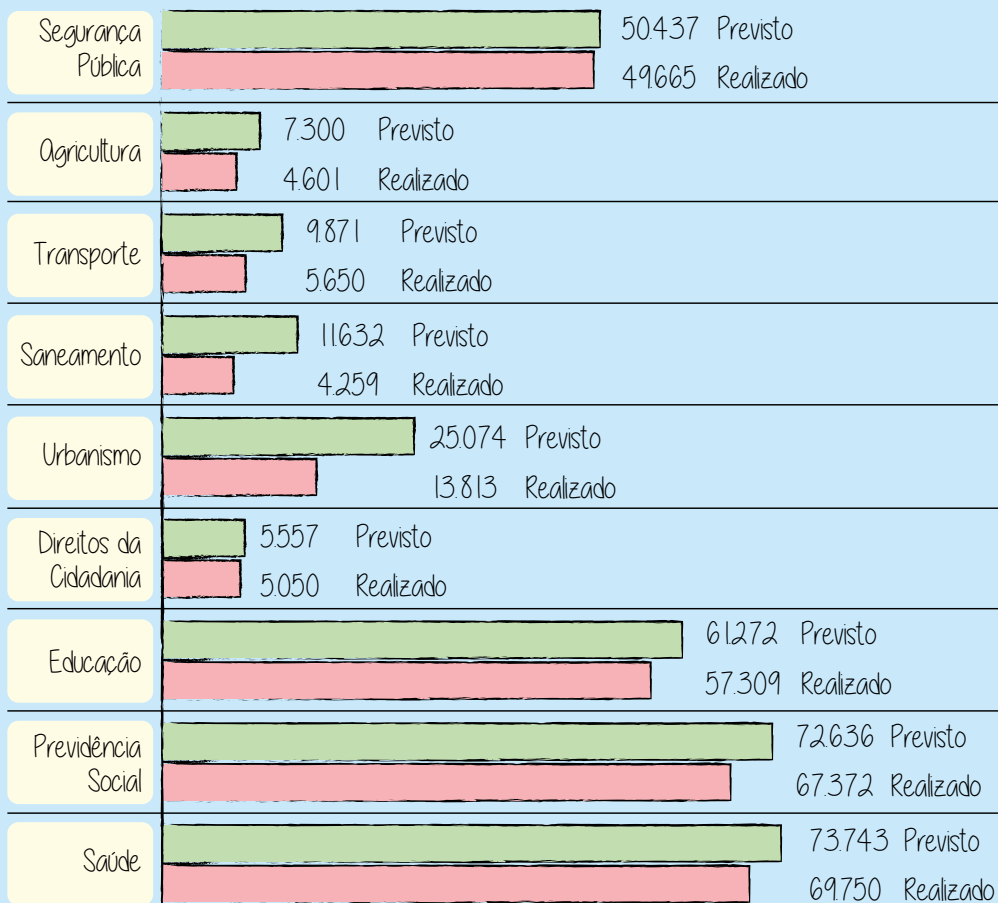
DESPESAS POR FUNÇÃO ORÇADAS X REALIZADAS

GRÁFICO 5

DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

2017

R\$/MIL



Fonte: Fiplan/SEFAZ

O que é o Balanço Orçamentário?

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.



Tabela I	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2017 (Em R\$)			Bahia 2017
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização ⁽¹⁾
Receitas Correntes ⁽³⁾	48.222.984.312	48.102.384.520	-120.599.792	99,75%
(-) Conta Retificadora da Receita Corrente	-4.940.757.879	-4.963.699.539	-22.941.660	100,46%
Receitas Correntes Retificadas (A) (2)	43.282.226.433	43.138.684.981	-143.541.452	99,67%
Receita de Capital (B)	4.141.770.992	2.086.925.988	-2.054.845.004	50,39%
SOMA I (A + B)	47.423.997.425	45.225.610.968	-2.198.386.457	95,36%
ESPECIFICAÇÃO	DESPESA			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização ⁽¹⁾
Despesas Corrente (C)	43.532.031.331	41.921.693.243	1.610.338.088	96,30%
Despesas de Capital (D)	7.156.361.424	3.648.466.761	3.507.894.663	50,98%
Reserva de Contingência (E)	0	0	0	
SOMA II (C+D+E)	50.688.392.755	45.570.160.004	5.118.232.751	89,90%
SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO		-344.549.035		
TOTAL		45.225.610.968		

Fonte: FIPLAN / SEFAZ

(1) Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão.

(2) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF.

(3) As Receitas e Despesas Intraorçamentárias foram incluídas nesse demonstrativo

Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?

A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

COMPORTAMENTO DA RECEITA

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita. Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.



Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

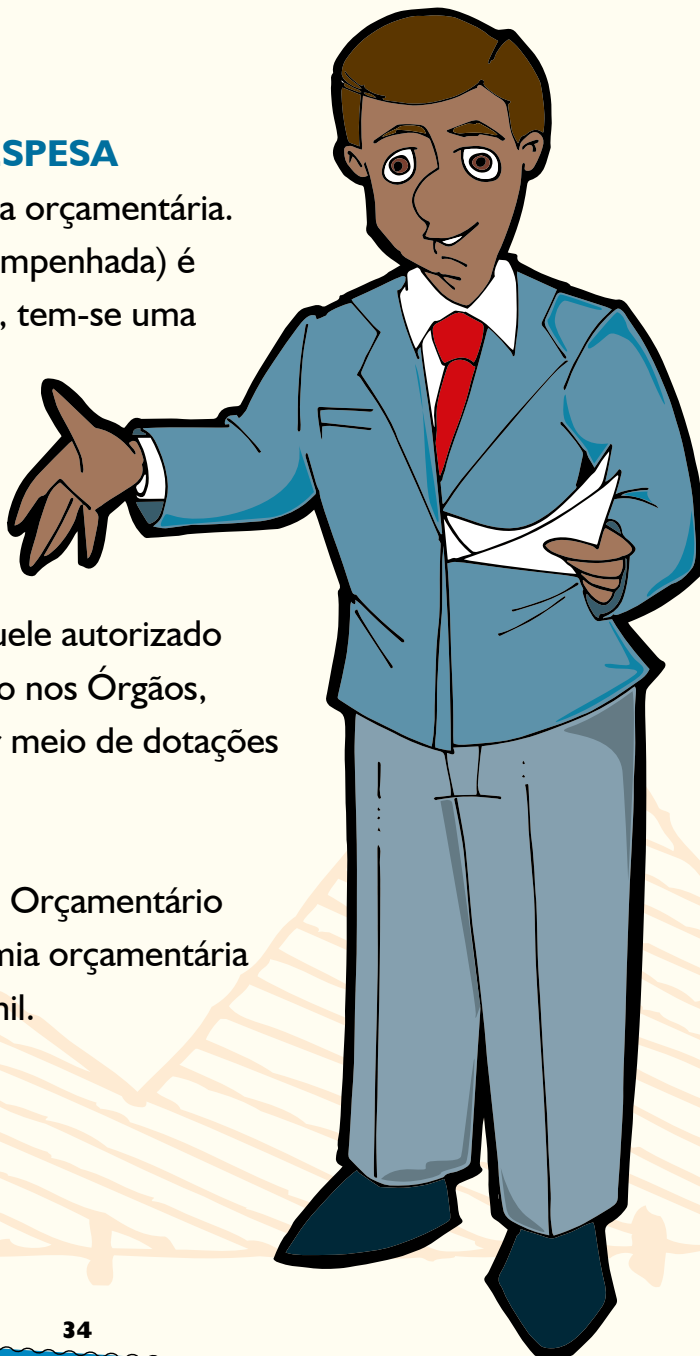
Para 2017, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma frustração de receita no montante de R\$ 2.198.386 mil, ou seja, 95,36% da receita prevista foi realizada.

COMPORTAMENTO DA DESPESA

É analisado se ocorreu economia orçamentária. Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

ATENÇÃO: O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos Órgãos, Entidades e Fundos Públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2017, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 5.118.233 mil.



RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É analisado se ocorreu superávit ou déficit.

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas.

Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário.

Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

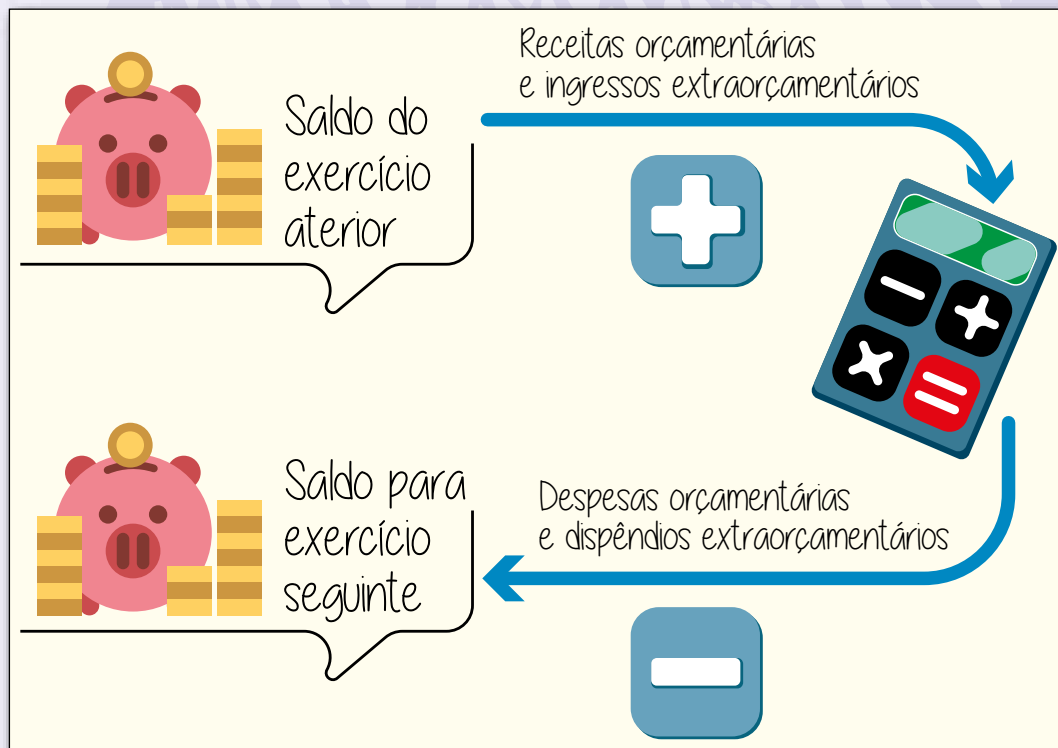
Como o total da receita realizada foi de R\$ 45.225.611 mil, e o total da despesa executada foi de R\$ 45.570.160 mil, ocorreu um déficit orçamentário no valor de R\$ 344.549 mil.



O que é o Balanco Financeiro?



O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

Tabela 2		BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO - 2017 (Em R\$)	Bahia 2017
Discriminação	Ingressos	Dispêndios	
Ordinárias	17.215.342.574	15.349.331.269	
Vinculadas	23.443.903.325	25.629.942.149	
Orçamentários	40.659.245.899	40.979.273.419	
Transferências Financeiras	87.239.986.278	87.246.107.200	
Extraorçamentários	2.453.838.315	1.547.162.694	
Saldo do Exercício Anterior	5.511.898.129		
Saldo para o Exercício Seguinte		6.092.425.307	
Total Balanço Financeiro	135.864.968.620	135.864.968.620	

Fonte: Fiplan

As receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.



O que é Demonstração dos Fluxos de Caixa?

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis;
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimento e financiamento.

Tabela 3	DEMONSTRAÇÃO RESUMIDA DOS FLUXOS DE CAIXA (Em R\$)	Bahia 2017
Discriminação		Valores
Fluxo das Atividades Operacionais		
Ingressos		38.601.977.418
Desembolsos		37.179.551.072
Fluxo Líquido das Atividades Operacionais (I)		1.422.426.346
Fluxo das Atividades de Investimentos		
Ingressos		
Desembolsos		2.507.439.343
Fluxo Líquido das Atividades de Investimentos (II)		(2.292.184.278)
Fluxo das Atividades de Financiamentos		
Ingressos		1.871.670.924
Desembolsos		968.811.454
Fluxo Líquido das Atividades de Financiamentos (III)		902.859.470
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa (I+ II + III)		33.101.537
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		4.608.566.665
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		4.641.668.203

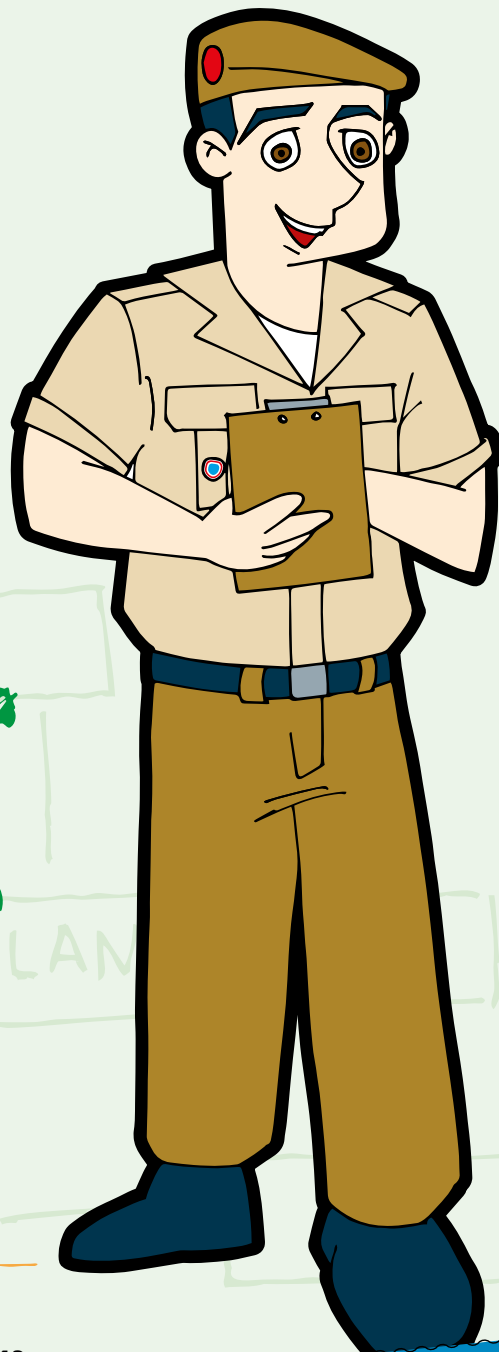
Fonte: Fiplan

- O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende as principais atividades geradoras de receita da entidade, como, por exemplo, os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública como pessoal e demais despesas correntes, e juros e encargos da dívida.

- No Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos são demonstradas as alienações de bens, os recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, os desembolsos relativos à aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.



- O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos inclui os ingressos relacionados às operações de crédito e os desembolsos com amortização/refinanciamento da dívida.



O que é o Balanço Patrimonial?

É o demonstrativo contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido.

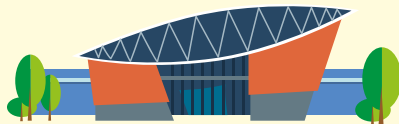
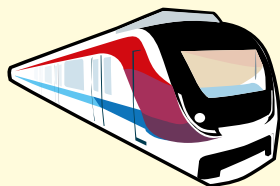
O Balanço Patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos), menos o total do **passivo** (obrigações), resulta no **patrimônio líquido**, que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

ATIVO

PASSIVO

Bens + Direitos

Obrigações

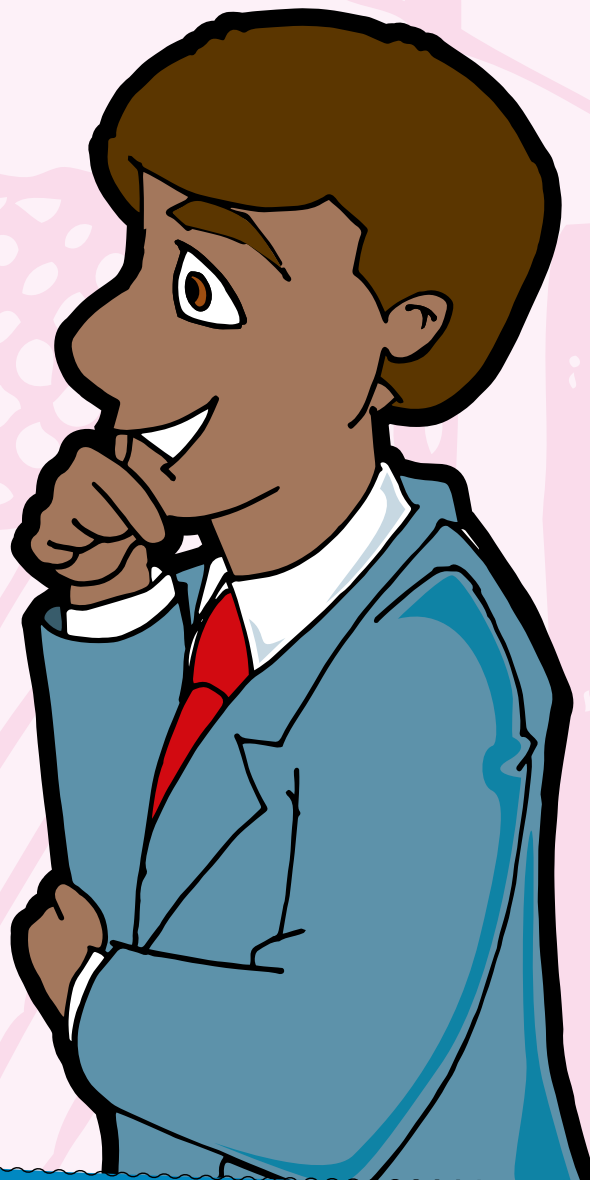
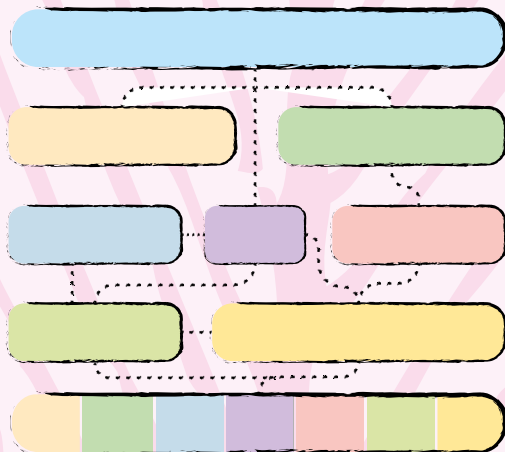


Patrimônio Líquido



$Bens + Direitos - Obrigações = Patrimônio Líquido$

Como é dividido o Balanço Patrimonial?



O Balanço Patrimonial deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ao se observar o Balanço Patrimonial, verifica-se uma estrutura com o quadro principal formado pelo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além das contas do quadro principal, o Balanço Patrimonial é composto de quadros auxiliares que apresentam os valores de ativos e passivos financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.



BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO

O Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia de 2017 está demonstrado de acordo com a Tabela 4:

Tabela 4		BALANÇO PATRIMONIAL			Bahia 2017	
ATIVO	2017	AV (1)	PASSIVO	2017	AV (2)	
Ativo Circulante	8.682.847.955	25,37%	Passivo Circulante	8.253.628.186	3,01%	
Ativo Não Circulante	27.687.058.975	74,63%	Passivo Não Circulante	206.918.708.295	96,99%	
			Total do Passivo	215.172.336.481	100,00%	
			Total do Patrimônio Líquido	(178.802.429.551)	100,00%	
TOTAL	36.369.906.930	100,00%	TOTAL	36.369.906.930	100,00%	
Ativo Financeiro	6.545.184.828		Passivo Financeiro	2.316.071.526		
Ativo Permanente	29.824.722.102		Passivo Permanente	212.856.264.955		
			Saldo Patrimonial	(178.802.429.551)		
TOTAL	36.369.906.930		TOTAL	36.369.906.930		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2016		ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2016		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	157.282.489		Saldo dos Atos Potenciais Passivos	62.141.124.255		
TOTAL	157.282.489		TOTAL	62.141.124.255		

Fonte: Fiplan

(1) Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo

(2) Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total de R\$ 36.369.906 mil, que deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 215.172.336 mil resultou o patrimônio líquido de R\$ (178.802.429 mil). Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido demonstra que as obrigações superam os bens e direitos da Administração Pública. Isto ocorreu devido a influência das provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, a maior parcela em relação às provisões a longo prazo existentes no Estado da Bahia.

ATIVO E PASSIVO

Ativo é um recurso controlado pela Entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a Entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, dentre outros.

Passivo é uma obrigação presente da Entidade, derivada de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a Entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, dentre outros.

CLASSIFICAÇÃO EM CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

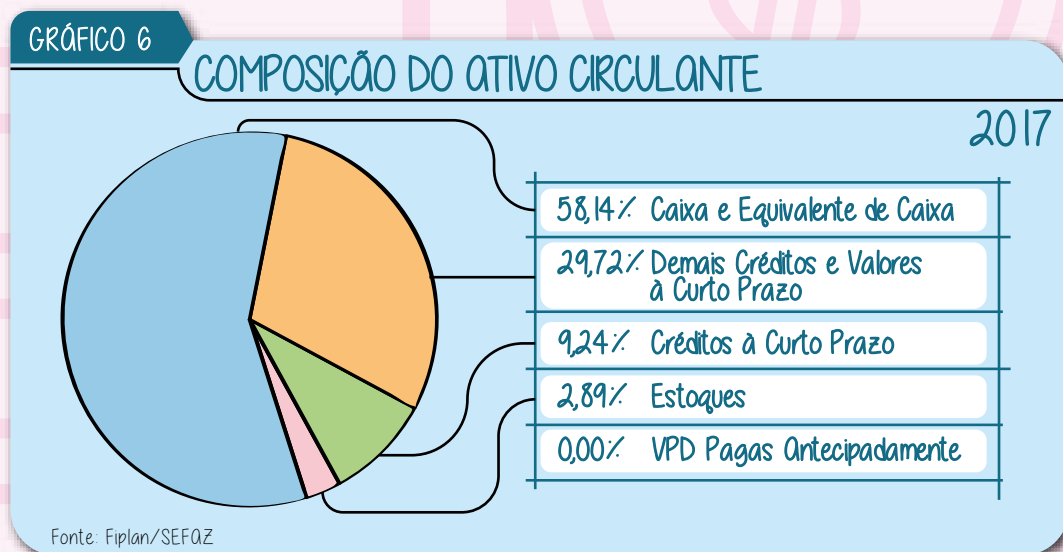
Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem:

- a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

No ano de 2017, os gráficos do ativo e passivo, tanto no circulante como no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No ativo circulante, o caixa e equivalentes de caixa representam 58,14% do total, a maior parcela relativa ao disponível para realização imediata, mas que vem sendo comprometida com as obrigações a pagar, conforme Gráfico 6.

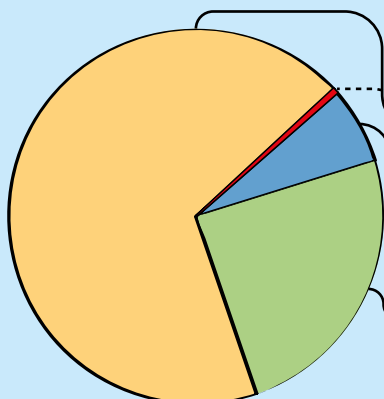


Cerca de 68,35% do ativo não circulante corresponde ao ativo imobilizado, sendo sua maior participação em Bens Imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício. Os investimentos representam 24,56%, o ativo realizável a longo prazo 6,64% e o intangível 0,45% do ativo não circulante, de acordo com o Gráfico 7.

GRÁFICO 7

COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE

2017



68,35%	Imobilizado	18.924.529.603
0,45%	Intangível	123.801.589
6,64%	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.838.344.517
24,56%	Investimentos	6.800.383.266

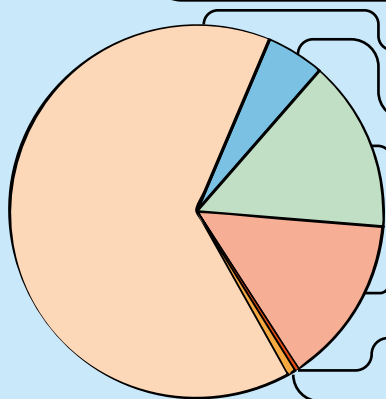
Fonte: Fiplan/SEFQZ



No passivo circulante, as demais obrigações a curto prazo representam 64,52% do total, a maior parcela dos compromissos de curto prazo, que englobam as consignações, os depósitos e os convênios recebidos, conforme Gráfico 8.

GRÁFICO 8

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE



	2017
64,52% Demais Obrigações à Curto Prazo	
5,03% Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistência à Pagar a Curto Prazo	
14,87% Empréstimos e Financiamentos à curto Prazo	
14,58% Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo	
0,28% Obrigações Fiscais à Curto Prazo	
0,71% Obrigações de Repartição a Outros Entes	

Fonte: Fiplan/SEFAZ

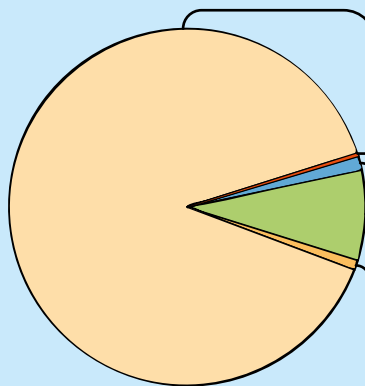


Cerca de 89,42% do passivo não circulante corresponde às provisões a longo prazo, que englobam, em quase sua totalidade, as provisões matemáticas previdenciárias. Depois das provisões a longo prazo, o maior valor é o dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, que representam 8,13% do passivo não circulante, de acordo com o Gráfico 9.

GRÁFICO 9

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

2017



89,42% Provisões a Longo Prazo

0,24% Demais Obrigações a Longo Prazo

1,32% Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

8,13% Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

0,89% Fornecedores a Longo Prazo

Fonte: Fiplan/SEFQZ



O que são Variações Patrimoniais?

É a demonstração que evidencia as alterações verificadas nos elementos patrimoniais da Administração Pública, podendo afetar, ou não, o resultado do período, o qual irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis, e outros), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

O resultado desses montantes é chamado de patrimônio líquido, que demonstra se o Órgão, Fundo ou Entidade possui mais bens e direitos do que obrigações indicando uma situação de superávit ou déficit patrimonial, a depender das variações patrimoniais.

REFLEXO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS NA ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA – Um olhar do patrimônio para o orçamento

As Variações Patrimoniais podem ou não depender da execução orçamentária. As resultantes da execução orçamentária dependem de autorização orçamentária, já as que não são resultantes da execução orçamentária, independem de autorização orçamentária.

Analisando o patrimônio do Estado da Bahia e suas variações, é possível perceber que podem ser dependentes da execução orçamentária, a exemplo da receita de ICMS e das despesas com manutenção da máquina estatal. Como podem ser também independentes da execução orçamentária, a

exemplo das oriundas dos registros das depreciações do patrimônio do Estado e das doações recebidas em bens.



Capítulo 15

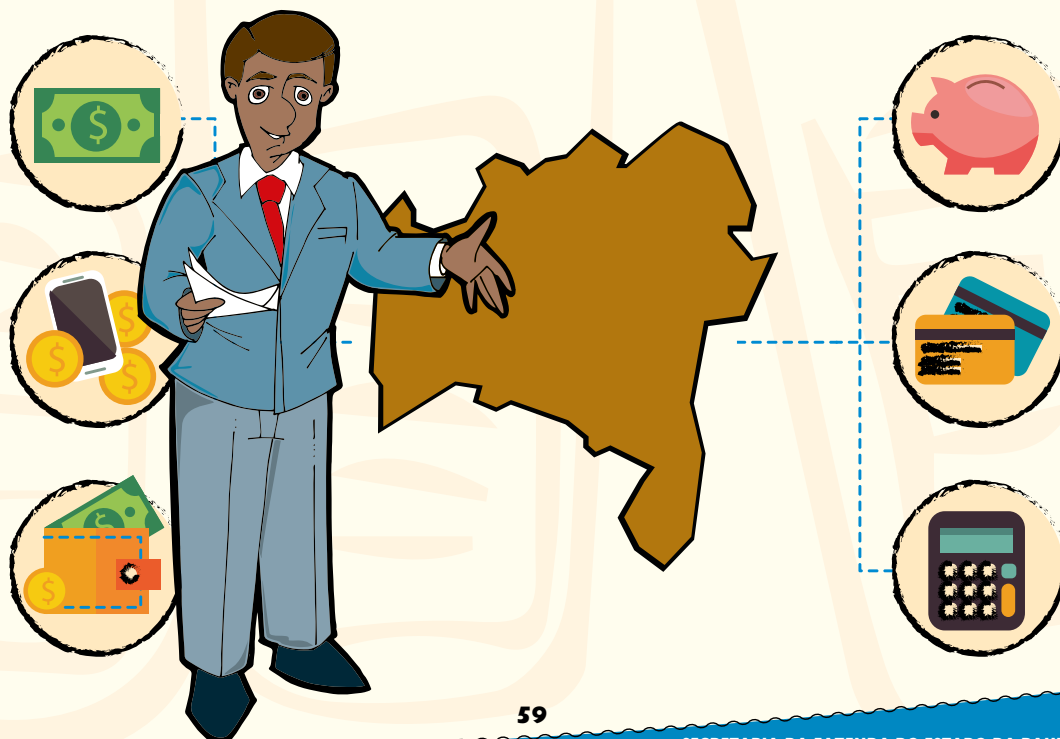


Como é dividida a
Demonstração
das Variações
Patrimoniais?



Através da estrutura das Variações Patrimoniais, sendo um indicador de desempenho, o Setor Público mede o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA: representam as agregações de novos elementos ao patrimônio público, que poderão ocorrer por meio de aumento de valores ativos ou redução de valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.



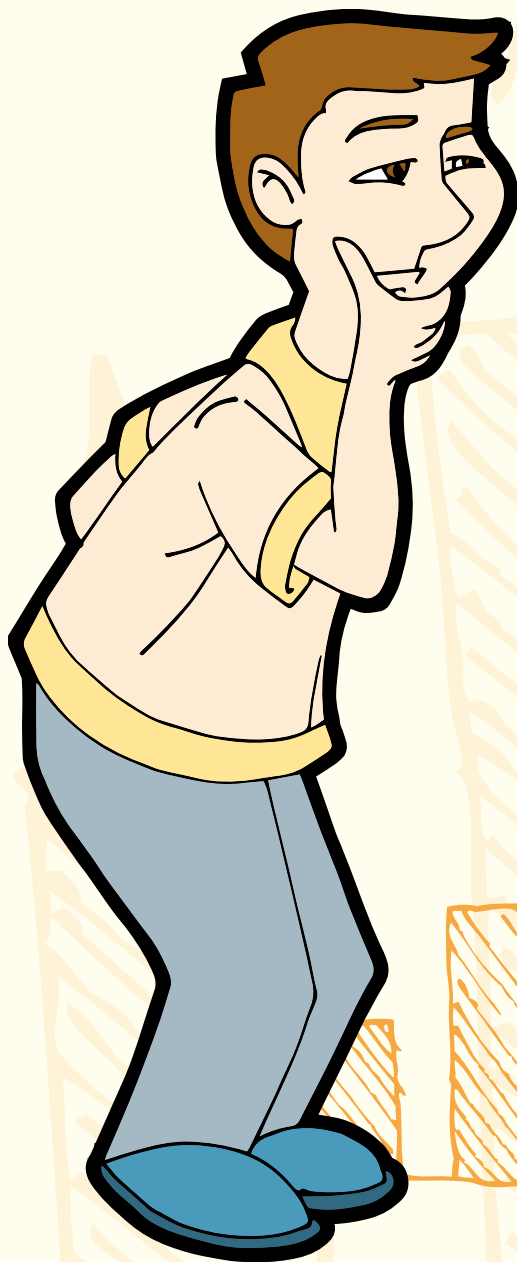
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD: são as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do Órgão ou Entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS RESUMIDA

As Variações Patrimoniais Resumida do Estado da Bahia de 2017 estão demonstradas de acordo com a Tabela 5:

Tabela 5		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 2017 (Em R\$)		Bahia 2017	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		2017	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2017
Total de Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		343.652.535.315	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		344.362.719.802
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I - II)					(710.184.487)

Fonte: Fiplan/SEFAZ



O valor total das variações quantitativas aumentativas foi de R\$ 343.652.535 mil e o das variações quantitativas diminutivas alcançou R\$ 344.362.719 mil, permitindo que as alterações patrimoniais diminutivas sejam maiores que as aumentativas.

De que forma o resultado das Variações Patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial?

As Variações Patrimoniais devem manter vinculação entre as contas de resultado e as patrimoniais, de forma a permitir a identificação dos efeitos nas contas patrimoniais produzidos pela movimentação das contas de resultado. O resultado das Variações Patrimoniais irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial positivamente se for superávit, ou negativamente, se for déficit.

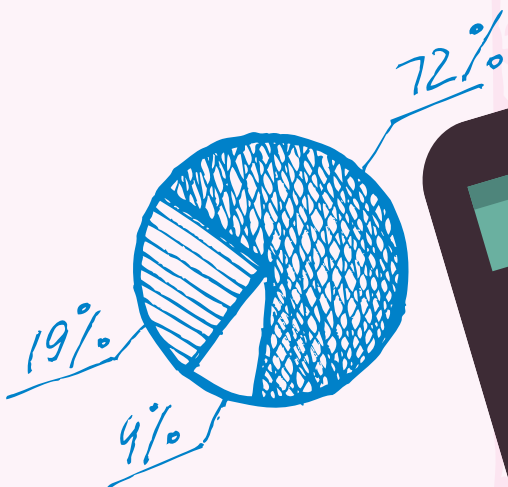
Comparando as Variações Patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, que afetam apenas o resultado patrimonial, verificou-se entre essas contas um déficit patrimonial no Estado da Bahia.

Em 2017, o déficit do resultado patrimonial do período registrado na DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais foi de R\$ (710.184.487), compondo o patrimônio líquido no BP – Balanço Patrimonial.

DVP X BP

DVP (Resumida)	Balanço patrimonial (Resumido)	
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	Ativo	Passivo
Impostos, taxas e Cont. Melhoria	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Contribuições	Ativo Não Circulante Circulante	Passivo Não Circulante Circulante
Exploração de Bens, Serviços e Direitos	TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO
VPA Financeiras		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Transferências e Delegações Recebidas		Patrimônio Social e Capital Social
Valorização e Ganho com Ativos		Reservas de Lucros
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		Resultados Acumulados
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)		Lucros e Prejuízos do ex.
Pessoal e encargos		Lucros e Prejuízos Ex. Ant.
Benefícios Previdências e Assistenciais		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	TOTAL	TOTAL
VPD Financeiras	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO
Transferências e Delegações Concedidas	ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE
Desvalorização e Perda de Ativos		SALDO PATRIMONIAL
Tributárias	COMPENSAÇÕES	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Saldo dos atos Potenciais Ativos	Saldo dos atos Potenciais Passivos
Resultado Patrimonial do Período (Superávit ou Déficit)	TOTAL	TOTAL
TOTAL		

O que é a Provisão Matemática Previdenciária?



A “Provisão Matemática” é o valor determinado através de cálculo probabilístico e financeiro que, integralizado e adicionado das contribuições vincendas, tudo devidamente capitalizado, deve formar os recursos monetários necessários para o pagamento dos benefícios assegurados pelo regulamento do plano. O cálculo probabilístico e financeiro é estruturado com a utilização de premissas e hipóteses de realização futura e cujas ocorrências ao longo do tempo estão sujeitas a influência dos diversos agentes financeiros, econômicos e a toda sorte de imprevistos.

Também chamada de passivo atuarial do Estado, a Provisão Matemática Previdenciária consiste no cálculo de dispêndios futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Segundo a Secretaria da Previdência Social do Governo Federal, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios assegurados por esse sistema. Realizando-se um cálculo futuro, verifica-se o montante do déficit previdenciário, registrando tal valor no passivo não circulante.

Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos um quadro resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2017.

Receita Corrente Líquida - 2017	Previsão Atualizada	Valor Realizado
	R\$ 30.209.809 mil	R\$ 29.952.763 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

Limites Legais em relação a Receita Corrente Líquida

Limite de Pessoal	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	53,14	54,00	57,00	60,00
Executivo	43,58	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,65	3,06	3,23	3,40
Assembléia	0,65	1,68	1,78	1,87
TCE	0,48	0,81	0,86	0,90
TCM	1,52	0,57	0,60	0,63
Judiciário	5,46	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,46	1,80	1,90	2,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida - DCL	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida - R\$ 17.229.304 mil	57,52%	180,00%	-	200,00%
Limite da DC L = 2 vezes a Receita Corrente Líquida				

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	26,76%	25,00%
Saúde	13,35%	12,00%

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Metas (R\$Mil)

Descrição	Valor Realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário	-843.059	-2.418.604
Resultado Nominal	1.213.663	1.943.650

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

O que é a Dívida Pública?

Os Estados, os Municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social.

Com este fim, utilizam receitas obtidas principalmente na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda e o consumo de empresas e trabalhadores. Entretanto, em relação aos gastos com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e do nível de bem-estar da sociedade, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso complementá-la. Assim, o setor público recorre ao instrumento da dívida pública, que consiste em recursos obtidos por meio de operações de crédito contratadas junto a instituições financeiras sob o compromisso de pagamento de juros, assim como da devolução de tais recursos (amortização) ao longo de determinado período de tempo.

Tabela 6	DÍVIDA PÚBLICA EM 31/12/2017	Bahia 2017
Discriminação		Valores (R\$ I)
Dívida Interna		14.608.255.654
Dívida externa		8.069.461.864
Dívida Total		22.677.717.518

Fonte: SDP/SEFAZ

Tabela 7	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS NO ANO DE 2017	Bahia 2017
Instituição Financeira		Valores (R\$ I)
Caixa Econômica Federal		167.815.660
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		70.184.468
Banco do Brasil		599.784.671
Banco Mundial		193.948.850
Banco Interamericano		97.561.614
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura		27.179.340
Total		1.156.474.603

Fonte: SDP/SEFAZ

Tabela 8	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2017	Bahia 2017
Discriminação		Valores (R\$ I)
Amortização		712.392.091
Encargos		608.406.496
Total		1.320.798.588

Fonte: Fiplan/SEFAZ

O que é Balanço Econômico?

É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário na forma de superávit ou déficit. O Balanço Econômico contempla as administrações direta e indireta.

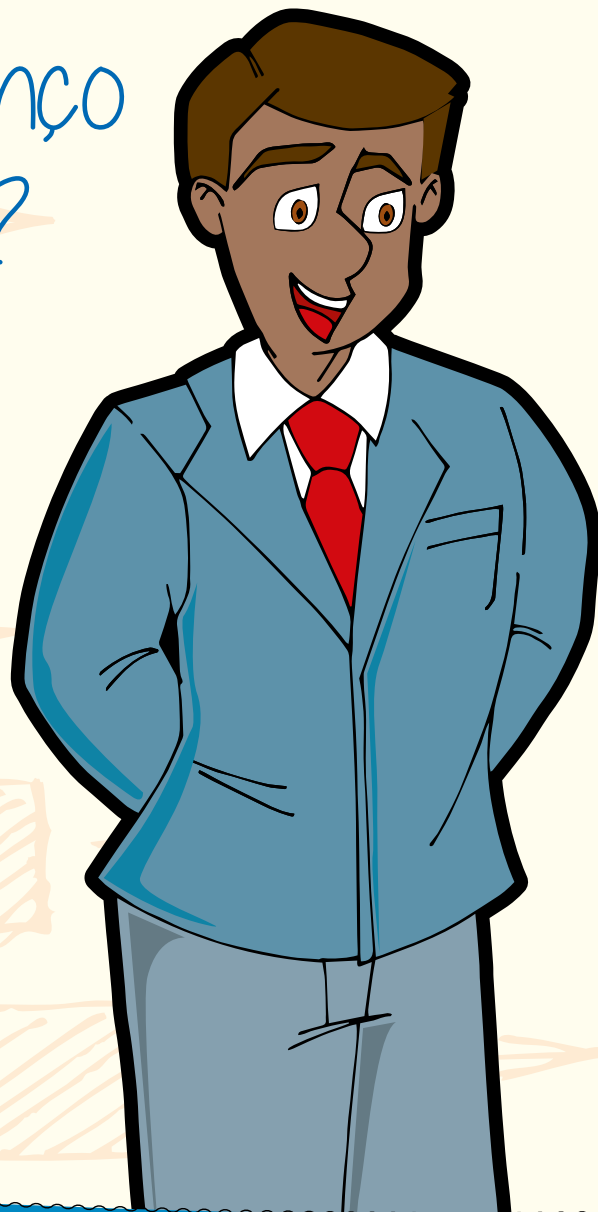


Tabela 9		BALANÇO ECONÔMICO 2017 (R\$)			Bahia 2017	
Recursos Obtidos		AV ⁽¹⁾	Recursos Aplicados		AV ⁽¹⁾	
Da Arrecadação de Tributos	25.124.079.527	61,79%	Gastos com Manutenção	29.939.558.726	73,06%	
(-) Conta Redutora	-3.141.551.307	-7,73%	Pessoal e Encargos Sociais exceto Previdência	13.371.601.989	32,63%	
Da Exploração do Patrimônio Estatal	785.502.922	1,93%	Previdência	6.773.765.650	16,53%	
(-) Conta Redutora	-11.017.971	-0,03%	Outros Serviços de Terceiros	5.947.016.849	14,51%	
De Transferências Recebidas	14.123.754.912	34,74%	Material de Consumo	358.751.219	0,88%	
(-) Conta Redutora	-1.725.904.112	-4,24%	Locação de Mão-de-Obra	866.519.573	2,11%	
De Alienações de Bens	22.868.871	0,06%	Demais Gastos	2.621.903.447	6,40%	
Do Endividamento Estatal	1.156.474.603	2,84%	Serviços da Dívida	1.320.798.588	3,22%	
Demais Receitas	4.410.264.604	10,85%	Juros e Encargos	608.406.496	1,48%	
(-) Conta Redutora	-85.226.148	-0,21%	Amortização	712.392.091	1,74%	
			Investimentos	2.607.418.317	6,36%	
			Inversões Financeiras	328.656.353	0,80%	
			Transf. Constitucionais a Municípios	5.780.432.572	14,11%	
			Outras Transferências	1.002.408.863	2,45%	
SUBTOTAL	40.659.245.899	100,00%	SUBTOTAL	40.979.273.419	100,00%	
			Superávit/Déficit	-320.027.520		
TOTAL	40.659.245.899		TOTAL	40.659.245.899		

Fonte: Fiplan/SEFAZ

(1) Análise Vertical. Participação do item no Subtotal

(2) Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias neste demonstrativo

O Estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 40.659.245.899 – excluídas as receitas intraorçamentárias (exemplo: receita de contribuição dos servidores para os fundos de previdência e assistência). A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 25.124.079.527, ou 61,79% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 14.123.754.912, correspondente a 34,74% dos recursos obtidos.

Considerando os recursos aplicados em 2017, o valor total é de R\$ 40.979.273.419 – excluídas as despesas intraorçamentárias (exemplo: obrigações patronais para contribuição aos fundos de previdência e assistência) -, e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 29.939.558.726, ou 73,06% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 32,63%, e a despesa com previdência, que representou 16,53%.

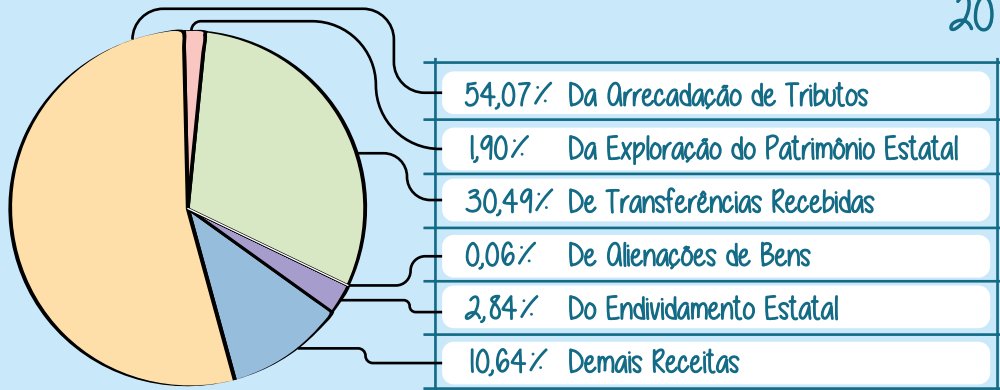
O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um déficit orçamentário de R\$ 320.027.520 (excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias exemplificadas anteriormente).

Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:

GRÁFICO 10

RECURSOS OBTIDOS (LÍQUIDOS)

2017

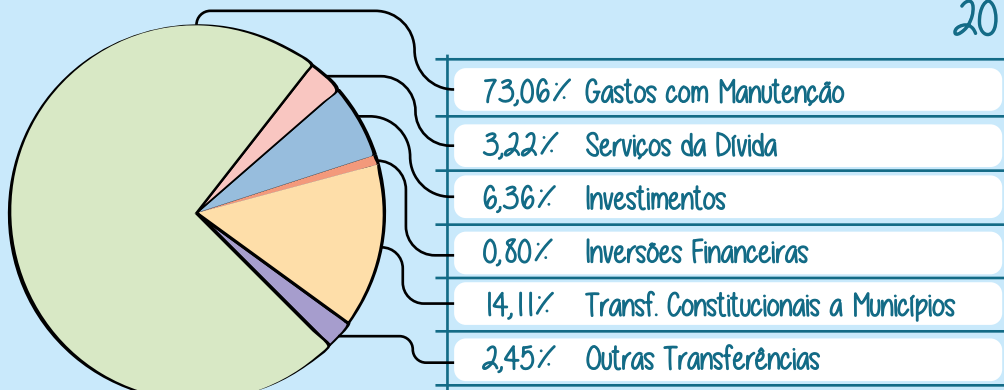


Fonte: Fiplan/SEFAZ

GRÁFICO 11

RECURSOS APLICADOS (LÍQUIDOS)

2017



Fonte: Fiplan/SEFAZ



Prestação de Contas Anual Simplificada 2017

Governo da Bahia

Equipe Técnica

Carina Ramos Santos
Caio Marcio Ferreira Greve
Erickson Sodre Afonso
Ilan Nogueira de Oliveira Santana
Ionara Falcão Modesto
Itamar Araujo Gomes Júnior
Jorge José Vieira da Silva
Laine Costa Correia Lima
Manuel Roque dos Santos Filho
Marco Aurélio Borges Neves
Maria de Fátima Camelier de Souza Castro
Maria de Fatima Silvano Sales
Nilma Reis de Oliveira
Otávio Antônio Nunes West
Raimundo Gibernon de Almeida
Reijane Dantas da Silva
Rita Conceição Vieira de Freitas
Rita Railda Soares Lourenco
Robson Santos Nascimento
Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal

SECRETARIA DA
FAZENDA

BAHIA 
GOVERNO DO ESTADO